

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005816-21.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **FREDINEY CIRILO DINIZ**
Requerido: **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em data que especificou dirigia uma motocicleta por via pública local que foi abalroada pela segunda ré.

Alegou ainda que a segunda ré assumiu a responsabilidade pelo evento, acionando a primeira ré para que procedesse aos reparos necessários na motocicleta.

Salientou que isso não se deu até o momento, sem embargo das inúmeras tentativas que implementou para a solução da pendência.

Indefiro de início o pedido de denunciação da lide formulado em contestação pela primeira ré (fls. 87/88), com fundamento no art. 10 da Lei nº 9.099/95.

Rejeito, outrossim, a arguição de ilegitimidade *ad causam* arguida por essa mesma ré.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isso porque muito embora se reconheça a inexistência de vínculo contratual entre ela e o autor, é inegável sua ligação com os fatos trazidos à colação na medida em que se responsabilizou pelo conserto da motocicleta que não se teria ultimado.

Tal aspecto basta para conferir-se a possibilidade de figurar como ré no processo.

Já as prejudiciais suscitadas pela segunda ré de igual modo não vingam.

Como teria causado o acidente, isso a habilita ao menos em tese para estar no polo passivo da relação processual e também a diligenciar a entrega da motocicleta reparada ao autor.

Rejeito, pois, essas preliminares.

No mérito, os documentos de fls. 104 e 206/208 denotam que a primeira ré autorizou que os danos na motocicleta do autor decorrentes do acidente noticiado fossem reparados, o que acabou por concretizar-se (fls. 104 e 207/208)

Denotam igualmente que o autor de início se manifestou de acordo com o conserto (fl. 206), mas depois pediu para "*fazer o motor da moto*" (serviço não contemplado em momento algum pelas rés) e não efetivou o pagamento correspondente (fls. 104 e 207).

O réu não impugnou nenhum desses dados e sequer se manifestou sobre as alegações formuladas ou os documentos que as instruíram.

Como se não bastasse, não externou interesse no alargamento da dilação probatória (fls. 210 e 218).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Com efeito, apurou-se nos autos que o compromisso pelo conserto da motocicleta foi integralmente cumprido e que os reparos derivados do acidente tiveram vez.

Se o autor não retirou a motocicleta, isso se deu por serviços que solicitou serem realizados e que não foram quitados por ele.

As rés não poderiam ser chamadas a assumir tais encargos, seja porque os serviços não tinham liame com a colisão em apreço, seja porque incorreu autorização prévia para sua concretização, seja porque o assunto dizia respeito ao autor com exclusividade.

Por outras palavras, como as rés cumpriram as obrigações a seu cargo, nada mais poderia ser-lhes exigido por conta do evento versado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 46, item 1, comunicando-se desde já ao Colendo Colégio Recursal local (fls. 79/82).

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 09 de novembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA